

## DESAFIOS E NECESSIDADES DE SANEAMENTO BÁSICO NAS COMUNIDADES QUILOMBOLAS DO RIO GRANDE DO SUL

**LAURO ARAUJO LEME<sup>1</sup>**; **LUIS FERNANDO RACANELLI FREITAS<sup>2</sup>**; **MATHEUS PHILIPE LOURENÇO DA COSTA<sup>3</sup>**; **CLAUDIA DAIANE GARCIA MOLET<sup>4</sup>**; **GILSON SIMÕES PORCIÚNCULA<sup>5</sup>**

<sup>1</sup>*Universidade Federal de Pelotas – lemealauro@gmail.com*

<sup>2</sup>*Universidade Federal de Pelotas - racanelliluisfernando@gmail.com*

<sup>3</sup>*Universidade Federal de Pelotas - matheusphilipet1234@gmail.com*

<sup>4</sup>*Universidade Federal de Pelotas– claudiamolet@yahoo.com.br*

<sup>5</sup>*Universidade Federal de Pelotas – gilson.porciuncula@gmail.com*

### 1. INTRODUÇÃO

Os quilombos estão assentados no Rio Grande do Sul há séculos tendo sua origem territorial ligada a fugas, a conquistas de terras em testamentos, a aquisição por compra ou por premiação em participação em guerras, a apropriações de terras desvalorizadas. Terras que, portanto, possuem muitas origens, algumas ocupadas durante a escravidão, outras no pós-Abolição. A Constituição Federal de 1988 marcou um momento histórico, ao reconhecer oficialmente os territórios quilombolas no Brasil. Esse reconhecimento foi o resultado das reivindicações do movimento negro e quilombola que lutaram pela cidadania negra. Todavia, a constituição ao mencionar os “remanescentes de quilombos” não deu conta de outras possibilidades quilombolas, pois estava muito atrelada a ideia do quilombo fuga no período da escravidão. Somente em 2003, o Decreto 4.887 definiu os quilombolas como grupos étnicos, segundo critérios de autoatribuição, com trajetória histórica própria, dotados de relações territoriais específicas, com presunção de ancestralidade negra relacionada com a resistência à opressão historicamente sofrida. O Censo Demográfico de 2022 revelou que existem 1.327.802 quilombolas no Brasil, representando 0,65% da população do país, com 17.496 quilombolas no estado do Rio Grande do Sul. O reconhecimento dos territórios quilombolas é respaldado pelo Artigo 68 do Código Penal, pelas Disposições Constitucionais Transitórias e pelo Decreto nº 4.887 de 2003, que define esses territórios como fundamentais para a garantia da reprodução física, social, econômica e cultural das comunidades. Nas comunidades quilombolas ações inerentes ao saneamento são pouco intensas, geralmente composto somente pelo abastecimento de água (nem sempre potável), a coleta e disposição final dos resíduos sólidos além de um sistema de esgoto sanitário precário. Todos esses fatores atuam promovendo a salubridade ambiental, no meio rural os riscos relacionados à precariedade do saneamento são mais evidentes (Daniel, 2001; Amaral et al., 2003; Costa e Guilhoto, 2014). Em locais com saneamento básico deficiente, as doenças de veiculação hídrica podem ocorrer devido à contaminação da água por dejetos, pelo contato com esgoto despejado nos córregos e rios. A falta de água também pode causar doenças, pois a escassez impede a higiene adequada. E ainda se inclui a proliferação de insetos que se desenvolvem na água (CVE, 2009). As principais doenças relacionadas à ineficiência e/ou inexistência dos serviços de saneamento são causadas principalmente por microrganismos patogênicos de origem entérica, animal ou humana (Amaral et al., 2003). Ações adequadas de saneamento rural promovem a salubridade ambiental e contribuem para diminuição da degradação do ambiente e da exploração de forma insustentável dos recursos naturais. Para isso, medidas planejadas, em especial as

que garantam a proteção dos mananciais de água doce, com a disposição adequada do esgotamento sanitário e dos resíduos sólidos são fundamentais (Costa e Guilhoto, 2014; Brasil, 2006). Este trabalho tem por finalidade, analisar a situação atual do saneamento básico, especificamente o acesso à água potável, nas comunidades quilombolas do Rio Grande do Sul; Investigar os desafios enfrentados pelas comunidades quilombolas em relação à distância a água potável, incluindo a falta de infraestrutura de água e esgoto; caracterizar as áreas principais de comunidade quilombola; Examinar a relação entre o reconhecimento dos territórios quilombolas e a melhoria das condições de saneamento. No contexto brasileiro, considerar grupos étnicos implica em reconhecer a relação desses grupos com o Estado, que deveria garantir o acesso aos direitos coletivos, como o território e políticas específicas. A coleta e divulgação de dados precisos sobre a população quilombola são essenciais para o desenvolvimento de políticas públicas que atendam às suas necessidades.

## 2. METODOLOGIA

Inicialmente, foi feita a relação das comunidades quilombolas nas Bacias Hidrográficas (BH) do RS e definiu-se a análise das Comunidades Quilombolas das áreas distribuídas nas bacias Mirim São Gonçalo e do Camaquã; escolhemos 24 comunidades, das quais tivemos acesso a dados mais completos. Posteriormente, cada uma delas foi caracterizada, identificando-se os poços mais próximos das comunidades e as últimas manutenções dos poços. A pesquisa foi realizada a partir de um estudo quantitativo e descritivo, através de levantamentos bibliográficos, com material do portal da transparência, IBGE, SIRGAS , INCRA e Fundação Cultural Palmares. Após a coleta, os dados foram armazenados e tabulados para melhor visualização. Através de dados pelo Sistema de Informações de Águas Subterrâneas foram selecionados 677 poços do rio grande do sul, abastecidos por, B.H Mirim São Gonçalo e B.H Camaquã. As Tabelas 1 e 2 mostram os dados sistematizados das Comunidades Quilombolas, onde são mostrados o nome da comunidade, a BH a qual pertence, a distância entre o posto mais próximo, a área de ocupação da CQ em hectares e o número de famílias da comunidade quilombola.

| Comunidade Quilombola | B. H               | Distância | Nome do Poço       | Ocupação | Número |
|-----------------------|--------------------|-----------|--------------------|----------|--------|
| C.Q Vila madeira      | Mirim São Gonçalo  | 828 m     | P1783.CDI-1        | 40       | 60     |
| C.Q Vila Nova         | Litoral Médio      | 1.07 km   | COR-SJN-04-A G.219 | 100      | 20     |
| C.Q Mutuca            | Camaquã            | 1.12 km   | IS582              | 40       | 60     |
| C.Q Vila progresso    | Mirim São Gonçalo, | 1.33 km   | IS503 4900/BEJ4    | 2        | 14     |
| C.Q Faxina            | Mirim São Gonçalo  | 1.36 km   | IR047              | 2        | 5      |
| C.Q Vila da lata      | Negro              | 1.58 km   | COR-ACE-03 G.3020  | 2        | 17     |
| C.Q Vila Ernestina    | Mirim São Gonçalo  | 1.98 km   | 7-MR-001           | 20       | 20     |
| C.Q da Picada         | Camaquã            | 2.65 km   | JP866              | 17       | 48     |
| C.Q Bolsa do Candiota | Mirim São Gonçalo  | 2,81 km   | JB024              | 17       | 33     |
| C.Q Rincão do Couro   | Mirim São Gonçalo  | 4.8 km    | IR041              | 18       | 130    |
| C.Q Cerro das velhas  | Camaquã            | 5.0km     | P1783.CDI-1        | 92       | 22     |
| C.Q Alto do Caixão    | Camaquã            | 6.82 km   | 5456/NCO1          | 2        | 27     |
| C.Q Rincão das Almas  | Camaquã            | 6.69 km   | JP871              | 50       | 70     |
| C.Q Vó Elvira         | Camaquã            | 8,3 km    | IS495 4898/SHB3    | 5        | 20     |

Tabela 1 – Dados das Comunidade Quilombolas

### 3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

A pesquisa mostrou que a agricultura familiar é ainda a principal fonte de renda para esses 24 quilombos. Quase todos os territórios têm acesso a água, porém por cacimbas, graças a isso a falta de saneamento básico é presente em todas as comunidades:

| Comunidade Quilombolas | B.H               | Distância | Nome do Poço      | Ocupação | Familias |
|------------------------|-------------------|-----------|-------------------|----------|----------|
| C.Q Lichiguana         | Mirim São Gonçalo | 8.39 km   | IS435             | 48       | 19       |
| C.Q Monjolo            | Camaquã           | 10 km     | IS495 4898/SHB3   | 30       | 25       |
| C.Q Tamanduá           | Mirim São Gonçalo | 10,4 km   | AM2-P10           | 200      | 16       |
| C.Q Solidão            | Mirim São Gonçalo | 11.1km    | J-1447-1-P.MACH   | 4        | 70       |
| C.Q Torrão             | Camaquã           | 15,8 km   | IS495 4898/SHB3   | 19       | 7        |
| C.Q de Algodão         | Mirim São Gonçalo | 15,8 km   | IS495 4898/SHB3   | 37       | 70       |
| C.Q Cerro da vigília   | Camaquã           | 16 km     | JB020             | 100      | 34       |
| C.Q Várzea Dos Baianos | Mirim São Gonçalo | 16 km     | IRO39             | 4        | 26       |
| C.Q Maçambique         | Mirim São Gonçalo | 18,3 km   | JB020             | 65       | 10       |
| C.Q Vila Tio Dô        | Camaquã           | 27.8km    | JR 523            | 60       | 40       |
| C.Q Coxilha Negra      | Taquari Antas     | Sem poços | São Lourenço do S | 55       | 30       |
| C.Q Rincão do Quilombo | Mirim São Gonçalo | Sem poços | Piratini          | 1500     | 60       |
| C.Q Serinha do cristal | Camaquã           | Sem poços | Cristal           | 400      | 85       |

Tabela 2 – Dados das Comunidade Quilombolas

As questões sanitárias precárias foram confirmadas a partir da constatação da falta de manutenção e regularização dos poços e cacimbas. Tal como a ausência de tratamento realizado na água consumida nos quilombos. As comunidades quilombolas têm à sua disposição duas principais fontes de água para o abastecimento, as águas superficiais, englobando rios, lagos e outras formas de captação de águas pluviais, e as águas subterrâneas, que incluem poços e nascentes. A captação das águas subterrâneas geralmente ocorre por meio de diversos tipos de poços, os principais sendo as cacimbas, os poços tipo ponteira e os poços tubulares, estes dois últimos conhecidos popularmente como poços artesianos. Os poços escavados, também chamados de cacimbas, são manualmente abertos com ferramentas como pá e picareta, sendo construídos sem rigor técnico e científico, tornando-os suscetíveis a contaminações. Caso um aquífero seja contaminado, há o risco de fornecer água contaminada para outros poços que dependem dele, o que pode prejudicar a saúde das populações atendidas. Na bibliografia utilizada, devemos ressaltar o fato de já existirem Programas do Ministério da Saúde voltados especificamente para o atendimento a essas Comunidades, os quais através de pesquisa, não parecem se fazer presentes no atendimento à saúde nos quilombos. A ausência histórica do Estado brasileiro na garantia de cidadania faz com que essas comunidades quilombolas tenham seus direitos negados. Além disso, a morosidade da titulação das terras pelo INCRA nessas comunidades contribui para os entraves na implementação de políticas públicas para atender a essas comunidades. O acesso à água potável tem impacto direto no desenvolvimento socioeconômico de uma comunidade, e segundo a Organização das Nações Unidas (ONU) é um direito humano e intrínseco, que também se relaciona à saúde básica e à alimentação. Há evidências de que o gasto com medidas de saneamento é mais eficaz do que os gastos com saúde, principalmente em relação ao acesso a água de qualidade e

tratamento de esgoto. Os investimentos em saneamento acarretam a diminuição de casos de morbidade e de internações hospitalares (Caldeira, 2014). Portanto, cabe ao Estado a responsabilidade de assegurar esse direito a todos os cidadãos, sobretudo aqueles em situação de vulnerabilidade socioambiental, como a população quilombola (Heller e Pádua, 2006). Portanto o saneamento é um instrumento de promoção e de melhoria da saúde.

#### **4. CONCLUSÕES**

A pesquisa sobre o saneamento básico nas comunidades quilombolas do Rio Grande do Sul revelou que a situação é precária. A maioria das comunidades não têm acesso à água potável, e aquelas que têm, dependem de cacimbas ou poços escavados, que são suscetíveis à contaminação. Além disso, a falta de saneamento básico, como coleta de lixo e tratamento de esgoto, contribui para a proliferação de doenças. Os resultados da pesquisa apontam para a necessidade de políticas públicas que levem em consideração as especificidades dos quilombos. Essas políticas devem promover o desenvolvimento econômico e social desses territórios, garantindo o acesso a direitos básicos como educação, saúde e moradia. O saneamento básico é um direito humano fundamental, que deve ser garantido a todas as pessoas, independentemente de sua origem étnica ou social. O Estado brasileiro tem a responsabilidade de garantir esse direito às comunidades quilombolas, que são populações historicamente vulnerabilizadas.

#### **5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

- AMORIM, I. G.; GERMANI, G. I. **Quilombos da Bahia: presença incontestável**. In: ENCONTRO DE GEÓGRAFOS DA AMÉRICA LATINA, 10, 2005, São Paulo. Anais... São Paulo: Universidade de São Paulo, 2005. p. 796-812. Disponível em: [https://geografar.ufba.br/sites/geografar.ufba.br/files/geografar\\_amorimgermani\\_quilombosbahia.pdf](https://geografar.ufba.br/sites/geografar.ufba.br/files/geografar_amorimgermani_quilombosbahia.pdf)
- CABRAL, E. R.; DOS SANTOS, A. L. L.; GOMES, S. C. **Responsabilidade Social e Ambiental e Desenvolvimento local Sustentável: O Caso do Projeto de Educação Ambiental e Patrimonial-PEAP**. Revista de Gestão Ambiental e Sustentabilidade, São Paulo, v.4, n. 1, p. 91-107, 2015.
- CARRIL, L. **Quilombo, favela e periferia: a longa busca da cidadania**. São Paulo: Annablume/ FAPESP, 2013.
- CHAGAS, M. C. C.; DE ANDRADE, M. G.; DA COSTA, R. B.; DE SOUZA PERRELLI, M. A. **A prática de benzimento com uso de plantas na comunidade rural remanescente de quilombo de Furnas do Dionísio, Jaraguari, Mato Grosso do Sul**. Multitemas, Campo Grande, Mato Grosso do Sul, n. 35, p. 207-224, 2007.
- LEITE, I. B. **Humanidades insurgentes: conflitos e criminalização dos quilombos**. In: ALMEIDA, Alfredo Wagner et al. (Orgs.) **Cadernos de debates Nova Cartografia Social: territórios quilombolas e conflitos**. Manaus: Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia/UEA Edições, 2010. p. 18-40.